

# ÍNDICE

<b>1. CLASSIFICAÇÃO E AUTONOMIA.....</b>	<b>19</b>
<b>2. FONTES DO DIREITO ELEITORAL.....</b>	<b>21</b>
<b>3. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL.....</b>	<b>27</b>
<b>4. PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL.....</b>	<b>31</b>
1. Princípio democrático .....	31
2. Princípio da soberania popular .....	31
3. Princípio da representatividade.....	32
4. Princípio republicano .....	32
5. Princípio da celeridade.....	33
6. Princípio da preclusão .....	33
7. Princípio da isonomia .....	33
8. Princípio da verdade eleitoral.....	34
9. Princípio da normalidade e legitimidade das eleições .....	34
10. Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral .....	34
10.1 Objetivo da norma .....	35
10.2 A concepção de “lei” (que altera o processo eleitoral) .....	35
10.3 Processo eleitoral: uma conceituação.....	36
10.3.1 A visão da doutrina.....	36
10.3.2. O STF, o TSE e a conceituação de processo eleitoral .....	36
10.4 Breves notas acerca da correta concepção do processo eleitoral.....	39
<b>5. A JUSTIÇA ELEITORAL .....</b>	<b>43</b>
1. Tribunal Superior Eleitoral .....	43
2. Tribunal Regional Eleitoral .....	45
3. Juízes Eleitorais .....	46
4. Junta Eleitoral.....	48
5. Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa, julgadora e consultiva .....	48
<b>6. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....</b>	<b>53</b>
1. Introdução .....	53
2. Procurador-Geral Eleitoral .....	54
3. Procurador Regional Eleitoral.....	55
4. Promotor Eleitoral .....	55

<b>7. SISTEMAS ELEITORAIS .....</b>	<b>59</b>
1. Sistema Majoritário.....	59
1.1 Sistema majoritário de maioria simples ou relativa.....	59
1.2 Sistema majoritário de maioria absoluta.....	60
2. Sistema Proporcional .....	61
<b>8. NULIDADES .....</b>	<b>67</b>
1. Introdução.....	67
2. Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º CE.....	69
3. Do art. 16-A da LE .....	71
4. Da nulidade da eleição: art. 224 CE.....	73
<b>9. DIREITO PARTIDÁRIO .....</b>	<b>81</b>
1. Introdução .....	81
2. Natureza jurídica e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário.....	82
3. Criação e registro, participação na eleição e recursos do Fundo Partidário.....	83
3.1 Criação e registro.....	83
3.2 Participação na eleição .....	85
3.3 Recursos do Fundo Partidário .....	85
4. Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais.....	89
4.1 Liberdade de criação.....	89
4.2 Autonomia .....	90
4.3 Preceitos constitucionais.....	91
5. Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos .....	109
6. Coligação.....	111
7. Cláusula de barreira.....	115
8. Fidelidade partidária .....	115
9. Competência.....	122
<b>10. DOS DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>125</b>
1. Introdução .....	125
2. Sufrágio e voto.....	129
3. Da capacidade eleitoral.....	131
<b>11 CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA .....</b>	<b>133</b>
1. Introdução.....	133
2. Alistamento eleitoral .....	135
3. Transferência.....	139
4. Segunda via.....	140
5. Cancelamento.....	140
6. Revisão do eleitorado.....	144

<b>12. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA</b> .....	147
<b>13 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE</b> .....	149
1. Introdução .....	149
2. Nacionalidade brasileira (art. 14, §3º, I, da CF) .....	150
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, §3º, II, da CF) .....	152
3.1 Cancelamento da naturalização .....	153
3.2 Incapacidade civil absoluta .....	154
3.3 Condenação criminal transitada em julgado .....	156
3.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa .....	162
3.5 Improbidade administrativa .....	162
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF) .....	164
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF) .....	164
6. Filiação partidária (art. 14, §3º, V, da CF) .....	165
7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF) .....	176
<b>14. CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE</b> .....	179
<b>15 INELEGIBILIDADE</b> .....	181
1. Introdução .....	181
2. Breve nota acerca da elegibilidade .....	181
3. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade .....	181
4. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade .....	183
5. O REGISTRO DE CANDIDATURA: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico .....	184
6. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro .....	188
7. Aspectos materiais da inelegibilidade .....	189
7.1 Na Constituição Federal .....	191
7.2 Na Lei Complementar nº 64/90 .....	203
7.2.1 Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/10 .....	205
Eficácia das decisões de inelegibilidade .....	205
Afastamento da inelegibilidade e aplicação das regras do registro .....	205
Prioridade dos feitos eleitorais .....	206
Da suspensão da inelegibilidade .....	207
7.3 Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90 .....	212
8. Desincompatibilização .....	283

<b>16. INABILITAÇÃO</b> .....	285
<b>17. PROCESSO ELEITORAL</b> .....	289
<b>18. CONVENÇÃO PARTIDÁRIA</b> .....	291
1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções.....	291
2. Prazo de realização e deliberação.....	293
3. Registro em livro e ata.....	295
4. Candidatura nata.....	295
5. Utilização de prédios públicos.....	296
<b>19. REGISTRO DE CANDIDATURA</b> .....	297
1. Generalidades: natureza jurídica, rito e pré-candidato vs candidato.....	297
2. Número de vagas e reserva por gênero.....	301
3. Vagas remanescentes.....	304
4. Prazo.....	305
5. Documentos.....	306
6. Diligências.....	313
7. Substituição.....	313
8. Homonímia.....	317
<b>20. PROPAGANDA POLÍTICA</b> .....	321
1. Introdução.....	321
2. Propaganda partidária.....	322
2.1. Introdução.....	322
2.2. Objetivo, limites e vedações.....	323
2.3. Forma (bloco e inserções).....	325
2.4. Procedimento de apuração da propaganda partidária irregular (competência, legitimidade, sanção, prazo para ajuizamento da representação e efeitos do recurso).....	326
3. Propaganda intrapartidária.....	329
4. Propaganda eleitoral.....	329
4.1. Introdução: noções gerais.....	329
4.2. Prazo inicial da propaganda eleitoral.....	333
4.3. Propaganda extemporânea ou antecipada.....	334
4.4. Promoção pessoal e propaganda eleitoral.....	336
4.5. Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE.....	336
Art. 36-A, inciso I, da LE.....	339
Art. 36-A, inciso II, da LE.....	341

Art. 36-A, inciso III, da LE .....	342
Art. 36-A, inciso IV, da LE .....	343
Art. 36-A, inciso V, da LE.....	344
Art. 36-A, inciso VI, da LE .....	346
4.6 Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular.....	347
4.7 Poder de polícia.....	353
4.8 Modalidades de propaganda eleitoral .....	356
I. Propaganda em outdoors .....	356
II. Propaganda em bens particulares .....	357
III. Propaganda em bens públicos .....	361
IV. Propaganda nas dependências do Poder Legislativo .....	367
V. Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado .....	368
VI. Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios .....	368
VII. Showmícios.....	371
VIII. Propaganda mediante panfletagem.....	372
IX. Propaganda eleitoral na imprensa escrita .....	374
X. Propaganda eleitoral no rádio e televisão .....	379
XI. Debates.....	384
XII. Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão .....	387
Obrigatoriedade das emissoras (alcance da imposição e exceção).....	387
Forma de exibição: bloco e inserções .....	388
Termo inicial e final do horário eleitoral gratuito .....	391
Distribuição do tempo: critérios, substituição de candidatos e tempo remanescente.....	391
Municípios sem emissora de televisão.....	394
Da entrega e da conservação das mídias e da falta ou excesso de tempo na gravação veiculada.....	395
Utilização do tempo exclusivamente para cada sistema eleitoral, participação de filiados a outros partidos e uso da imagem do candidato ou militante.....	396
Vedações no horário eleitoral gratuito (art. 55 LE) .....	402
Suspensão da programação da emissora (art. 56 LE).....	403
Corte, censura e degradação ou ridicularização de candidatos (art. 53 LE) .....	404
Ordem de veiculação da propaganda gratuita .....	407
Obrigatoriedade da LIBRAS e recursos de legenda, vedação à promoção de marca ou produto, emissora sem autorização para funcionamento e compensação fiscal .....	407
Televisão por assinatura.....	408
XIII. Propaganda eleitoral na internet.....	409
XIV. Propaganda eleitoral no dia da eleição.....	419

<b>21. DIREITO DE RESPOSTA .....</b>	<b>421</b>
<b>22. PESQUISA ELEITORAL.....</b>	<b>429</b>
<b>23. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS....</b>	<b>435</b>
1. Introdução.....	435
2 Da arrecadação.....	435
I. Despesas de campanha. Responsabilidade .....	435
II. Administração financeira da campanha. Informações financeiras e contábeis. Responsabilidade ....	436
III. Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções.....	437
IV. Comitês financeiros .....	441
V. Conta bancária específica .....	441
VI. Arrecadação de recursos financeiros de campanha.....	443
Requisitos para arrecadação.....	443
Origem dos recursos eleitorais .....	444
Uso de recursos próprios .....	444
Doações de pessoas físicas.....	445
Doações de outros partidos políticos e de outros candidatos.....	446
Comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político .....	448
Recursos próprios dos partidos políticos Receitas decorrentes de aplicação financeira dos recursos de campanha .....	448
VII. Doações de recursos financeiros: formas legais.....	451
VIII. Recibo eleitoral .....	452
IX. Doações: limites legais e representação por descumprimento .....	454
X. Arrecadação de recursos de campanha. Prazo final .....	456
XI. Fontes vedadas: art. 24 da LE.....	457
XII. Recursos de origem não identificada .....	458
XIII. Gastos eleitorais: art. 26 da LE .....	459
XIV. Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE.....	462
XV. Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE.....	466
XVI. Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido .....	468
3. Prestação de contas .....	469
I. Introdução e princípios do processo de prestação de contas.....	469

II. Dos obrigados a prestar contas.....	471
III. A prestação de contas parcial na internet.....	472
IV. Dispensa de comprovação na prestação de contas.....	473
V. Da assunção de débitos pelos partidos políticos.....	475
VI. A prestação de contas simplificada.....	477
VII. O prazo de encaminhamento da prestação de contas...	479
VIII. O processo de prestação de contas.....	479
IX. O julgamento da prestação de contas.....	481
X. Da sobra de recursos financeiros.....	486
<b>24. ELEIÇÃO.....</b>	<b>489</b>
1. Introdução.....	489
2. Garantias eleitorais.....	489
3. Lei seca.....	490
4. Requisição da força federal.....	490
5. Atos preparatórios das eleições.....	491
Local de votação.....	491
Seções eleitorais.....	491
Mesa receptora.....	492
Votação.....	494
Apuração.....	497
Proclamação dos resultados.....	498
<b>25. DIPLOMAÇÃO.....</b>	<b>499</b>
1. Diplomação.....	499
2. Posse.....	501
<b>26. CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL.....</b>	<b>503</b>
1. Introdução.....	503
2. Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura - AIRC.....	510
2.1 Objetivo.....	510
2.3 Competência.....	511
2.4 Prazo para o ajuizamento.....	511
2.5 Preclusão.....	511
2.6 Legitimidade, litisconsórcio e assistência.....	512
2.7 Capacidade Postulatória.....	517
2.8 Questões procedimentais.....	518
- Petição Inicial.....	518
- Contestação.....	518
- Julgamento antecipado da lide ou instrução.....	520
- Alegações.....	521
- Sentença.....	522

Causas de (in)elegibilidade e momento de aferição .	522
Livre convencimento (art. 7º, parágrafo único, da LC 64/90).....	524
Sentença.....	524
- Recurso .....	525
3. Recurso Contra a Expedição do Diploma - RCED.....	528
3.1 Fundamento legal .....	528
3.2 Objetivo .....	529
3.3 Prazo.....	529
3.4 Hipóteses de cabimento .....	529
3.4.1 O RCED na concepção originária do Código Eleitoral ....	529
3.4.2 O RCED e a Lei nº 12.891/13 .....	530
3.5 A Prova Pré-Constituída.....	534
3.6 Competência e Procedimento.....	535
3.7 Legitimidade .....	536
3.8 Efeitos .....	538
4. Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE.....	538
4.1 Considerações iniciais e fundamento legal .....	538
4.2 Hipóteses de cabimento.....	540
4.3 Procedimento e competência .....	543
4.4 Bem jurídico.....	546
4.5 Prazo de ajuizamento.....	548
4.6 Legitimidade .....	550
4.7 Sanções.....	551
4.8 Recurso e efeitos .....	554
5. Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo – AIME.....	556
5.1 Fundamento legal, auto-aplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé.....	556
5.2 Objetivo .....	559
5.3 Hipóteses de cabimento.....	559
5.4 Preclusão .....	563
5.5 Bem Jurídico.....	563
5.6 Legitimidade .....	564
5.7 Competência.....	567
5.8 Procedimento .....	567
5.9 Sanções.....	570
5.10 Recursos e efeitos.....	572
6. Captação Ilícita de Sufrágio (art. 41-A da LE) .....	573
6.1 Fundamento legal .....	573
6.2 Conceito: elementos de configuração.....	573
6.3 Legitimados ativos.....	578
6.4 Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta).....	578

6.5 Lapso de incidência da norma (e da ação).....	580
6.6 Procedimento e bem jurídico tutelado.....	581
6.7 Competência.....	582
6.8 Sanções.....	583
6.9 Recurso: prazo e efeitos.....	584
7. Condutas Vedadas.....	585
7.1 Introdução.....	585
7.2 Bem jurídico.....	586
7.3 Legitimados.....	587
7.4 Competência.....	588
7.5 Sanções.....	588
7.6 Procedimento.....	590
7.7 Recurso: prazo e eficácia.....	591
7.8 Lapso de ajuizamento da representação.....	592
7.9 Lapso temporal de incidência das hipóteses legais.....	592
7.10 As Hipóteses Materiais do Art. 73 da Lei nº 9.504/97.....	594
7.11 A Hipótese Material do Art. 74 da Lei nº 9.504/97.....	631
7.12 A Hipótese Material do Art. 75 da Lei nº 9.504/97.....	632
7.13 A Hipótese Material do Art. 77 da Lei nº 9.504/97.....	633
8. Captação e Gastos Ilícitos Eleitorais.....	636
8.1 A representação pelo art. 30-A da LE.....	636
8.2 Hipóteses de cabimento.....	637
8.3 Para fins eleitorais.....	642
8.4 A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de contas.....	642
8.5 Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator.....	644
8.6 Procedimento e competência.....	646
8.7 Prazo de ajuizamento.....	647
8.8 Legitimados.....	650
8.9 Sanções.....	651
8.10 Recurso: prazo e efeitos.....	651
9. Ação Rescisória Eleitoral.....	652
9.1 Introdução.....	652
9.2 Hipóteses de cabimento.....	653
9.3 Constitucionalidade.....	655
9.4 Competência, prazo, procedimento e legitimidade.....	655
<b>27. RECURSOS.....</b>	<b>659</b>
1. Introdução.....	659
2. Dos efeitos dos recursos eleitorais.....	659
3. Do prazo dos recursos eleitorais.....	660
4. Da prevenção.....	662
5. Do prejudicado.....	662

6. Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas .....	663
7. Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais.....	663
8. Dos embargos de declaração.....	666
9. Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral.....	668
10. Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	672
<i>Bibliografia</i> .....	675